



# SENADO FEDERAL

## **REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012**

Requeremos, com suporte no inciso II do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, da letra "a", do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles, como a blogueira Yoani Sánchez, que criticam o regime político estabelecido na ilha.

### **Justificativa**

**A diplomacia do Estado brasileiro tem uma já longa e notável tradição de apoio aos direitos humanos no cenário internacional.**

**Essa posição do Brasil fica bem evidenciada nas votações que ocorrem Conselho de Direitos Humanos da ONU, relativas às resoluções que aquela alta instância adota para reforçar a arquitetura internacional dos direitos da pessoa humana. Em 2010, por exemplo, o Brasil, ao contrário de muitos países, votou favoravelmente a todas as 28 resoluções que o Conselho de Direitos Humanos adotou em seu 15º período de sessões. Ademais, devemos destacar que o Brasil é signatário responsável de todos os instrumentos multilaterais e regionais que dizem respeito ao reforço aos direitos humanos e à proteção da democracia e suas instituições.**

O Brasil, na realidade, tem tido participação ativa e positiva em todas as esferas regionais e mundiais que se dedicam à causa universal da afirmação progressiva de todos os direitos humanos, sejam eles políticos, sociais ou econômicos.

Apesar desse firme compromisso com os direitos humanos, o Brasil evita condenações formais a países específicos, que normalmente servem apenas para a promoção de interesses políticos, que nada têm a haver com a promoção efetiva da democracia e com a proteção aos direitos humanos fundamentais.

O Brasil entende, corretamente, que tal "singularização" não contribui para resolver as questões relativas aos direitos humanos, até mesmo porque todos os países têm, em graus variados, problemas relativos à promoção de tais direitos.

Pelo contrário, o isolamento político e econômico que tais condenações específicas tendem a acarretar amealha apoio interno aos regimes autoritários, exacerba a violência política e prejudica essencialmente a população inocente. A democracia, por óbvio, não pode ser imposta exogenamente. Somente quando há forças dinâmicas internas capazes de expressar projetos políticos alternativos a democracia pode florescer. E o surgimento dessas forças tem muita relação com a prosperidade econômica e o intercâmbio de informações e experiências que somente à integração à comunidade internacional pode acarretar.

Por isso, o Brasil prefere apostar na cooperação, na integração e no estrito respeito à soberania de todos os países, como forma de promover, progressivamente, o aperfeiçoamento das democracias e o reforço contínuo dos direitos humanos em todo o mundo.

Pois bem, é com base nesse espírito construtivo e solidário que propomos, por meio deste requerimento de que o governo de Cuba

tome as medidas necessárias para libertar os seus prisioneiros políticos ou de consciência que ainda permaneçam em suas prisões.

Pedimos respeitosamente ao governo cubano que permita o livre trânsito de seus cidadãos para o exterior. Particularmente, instamos as autoridades cubanas a que revejam a sua decisão de impedir a senhora Yoani Sánchez de vir livremente ao Brasil, como é o desejo do próprio governo brasileiro, que lhe concedeu prontamente o visto necessário. Tal revisão, temos certeza, contribuiria para criar um clima favorável ao levantamento do bloqueio a Cuba.

Assinalamos aqui que a construção de uma sociedade solidária não pode prescindir dos valores universais da democracia. Em relação a essa imprescindível relação que deve existir entre democracia e socialismo, gostaríamos de lembrar as sábias palavras de Rosa Luxemburgo:

A liberdade apenas para os partidários do governo, só para os membros de um partido -por numerosos que sejam- não é liberdade. A liberdade é sempre, pelo mesmo, a liberdade de quem pensa de outra forma. Sem eleições gerais, sem uma liberdade de imprensa e de reunião ilimitada, sem um choque de opiniões livre, a vida acaba em todas as instituições públicas, vegeta e a burocracia torna-se o único elemento ativo.

Da mesma forma, gostaríamos de lembrar também as palavras de outra insigne mulher comprometida, igualmente, com os valores solidários do socialismo e com os valores democráticos, a presidente Dilma Rousseff, que, por ocasião da cerimônia de comemoração dos 90 anos do jornal Folha de São Paulo, assinalou:

...todos nós devemos preferir um milhão de vezes os sons das vozes críticas de uma imprensa livre ao silêncio das ditaduras.

Também recordamos que a presidenta Dilma Rousseff disse, na entrega do Prêmio Direitos Humanos de 2011, que:

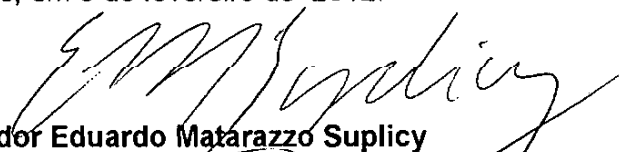
Sabemos todos que a democracia política se fortalece com a democracia social. O Brasil só será um país realmente justo e desenvolvido quando todos nós, brasileiros, formos, ao mesmo tempo, livres para nos manifestarmos, livres para exercer a nossa cidadania e tivermos oportunidades iguais e direitos iguais.

É essa relação biunívoca entre democracia social e democracia política que deve ser fortalecida em todos os países. Elas se fortalecem mutuamente e não podem existir, de forma plena, separadamente. Esse é o fundamento último de nosso apelo.

Por último, enfatizamos que já passou da hora de deixarmos para trás os tristes dias da Guerra Fria e de pensarmos coletivamente o destino brilhante que deverá unir todos os que habitam no continente americano.

O Senado Federal brasileiro, ecoando a sólida tradição da diplomacia do Brasil, coloca-se à disposição, dentro de suas atribuições, para contribuir para o desarmamento dos espíritos e a promoção de um diálogo de alto nível que una fraternalmente os povos de Cuba e Brasil.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2012.

  
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

  
Senador Pedro Simon

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

Publicado no DSF, em 08/3/2012.